



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

5938 - Pôster - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 06 - Formação de Professores

IMAGINÁRIOS, POLÍTICAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DIÁLOGOS EM REDE

Valeska Maria Fortes de Oliveira - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Tania Micheline Miorando - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Agência e/ou Instituição Financiadora: FIPE/UFSM

Ingressar na Educação Superior pode ser uma das oportunidades mais importantes para mudar as condições de profissionalização e ampliar o universo cultural dos jovens no Brasil podendo contribuir para melhoria de sua qualidade de vida. Os currículos para a formação de professores seguem orientações que vêm desenhados por grupos, que em dada conjuntura chegam aos cargos e homologam seus posicionamentos políticos: ora podem estar definidos por intenções construídas colaborativamente junto aos profissionais nas escolas e universidades ora por grupos de burocratas do sistema e ou empresários da educação. As diretrizes curriculares, como parte das políticas educacionais, são traçadas tendo em vista a entrada e permanência dos jovens na universidade e se inscrevem por linhas que levam a pensar os currículos de sua formação profissional. Os programas para a formação inicial carregam intencionalidades implícitas e explícitas na direção de colaborar ou impedir uma educação inclusiva e democrática.

Por sua vez, escolhido o curso a profissionalizar-se, nas licenciaturas, para a docência, a área de formação mostra as possibilidades em ampliar o olhar que viabiliza figurar um repertório cultural de etnias, gêneros, religiosidades e outros marcadores de pertencimentos identitários, crenças e manifestações sociais, representativos de suas comunidades de origem. A pesquisa que apresentamos encorajou-se a perguntar: Que significações imaginárias sobre a docência perpassam políticas e práticas de formação inicial atualmente no país? Em que medida as propostas formativas construídas em âmbito nacional, normatizadas pelo Ministério da Educação, e nos currículos dos cursos de licenciatura das Instituições Superiores Federais de Ensino, caminham na direção da democratização da educação?

Das perguntas mais gerais, passamos às particulares pois dessa forma desenvolvemos um processo de pesquisa que versa sobre a problematização da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (BRASIL, 2015), principalmente, no que toca à incorporação do princípio de respeito e valorização da diversidade, nas propostas e experiências formativas de algumas licenciaturas comuns entre as Universidades e os Institutos Federais da região sul do Brasil. Entendemos que a educação para a diversidade, baseada no reconhecimento e respeito às diferenças, é um princípio fundamental para uma educação pautada para a formação da cidadania democrática.

Nesse intuito, aproximamos o diálogo a fim de consolidar uma rede composta por pesquisadoras de seis instituições de Educação Superior, sendo quatro Universidades e um Instituto Federal, interligando-se em uma pesquisa interinstitucional entre professoras da Educação Superior e Básica, orientandas de pós-graduação e graduandas. A rede que tecemos se fortalece e nos aproxima em tempos de isolamento social. O movimento nos conecta virtualmente para a construção de saberes, estudos e experiências que tangem à temática da diversidade, políticas de democratização da educação e o imaginário instituído e instituinte (CASTORIADIS, 1982) nos cursos de licenciaturas.

A metodologia que empregamos buscou pela combinação de instrumentos e procedimentos que trouxessem para o estudo os imaginários dos cursos comuns aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e às Universidades Federais participantes, que foram: Licenciatura em Química, Ciências Biológicas, Física, Pedagogia e Matemática, na modalidade presencial. Os instrumentos de pesquisa foram combinados e recombinaados na busca pelos imaginários, que manifestam-se a partir do entrelaçamento que configuram os programas curriculares, as orientações normativas (BRASIL, 2015; 2019) e os estudos pertinentes às histórias de cada instituição e corpo docente que propõe-se a assinar os campos que salvaguardam em suas pesquisas.

Os estudos que referendaram as discussões e impulsionaram os encontros para os saberes que vão se construindo contaram com a participação de convidados especialistas e gestores das instituições pesquisadas, de onde partimos desde a análise documental (GIL, 2012; LAKATOS; MARCONI, 2009) dos programas dos referidos cursos de licenciatura ao cruzamento das percepções com as falas dos convidados. Em todos os momentos nos debruçamos a conhecer mais das Diretrizes Curriculares Nacionais em vigor (BRASIL, 2015; 2019), posto que a última não revogou a anterior.

Até este momento, não findadas as análises realizadas nas narrativas (BARDIN, 2012), procuramos entender de que forma as instituições resistem em seus programas de curso adequando-se às exigências das últimas Diretrizes (BRASIL, 2019) sem abrir mão de um processo de democratização que vinha em curso, mas, possivelmente, redirecionado para um olhar que tivesse voltado a adequar-se à Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BRASIL, 2017), conforme solicitação normativa.

A investigação dos estudos proporcionada pelo cruzamento das temáticas recomendadas pelas Diretrizes de 2015 (BRASIL, 2015) já implantadas nos currículos e os estudos feitos a partir das falas dos gestores, mostraram que há uma resistência se instituindo entre os formadores, dada à historicidade de um corpo docente que se vê defensor de uma abertura ao diálogo frente às palavras mais recomendadas no último documento (BRASIL, 2019). Esta constatação é importante que venha a ser publicada pois fortalece a rede que defende direitos básicos promovidos pelo Estado a todos, principalmente do grupo que ainda tem menos acesso a eles: saúde, educação, alimentação, saneamento, entre todos os outros direitos expostos principalmente em épocas de calamidade pública.

As palavras mais frisadas que foram trazidas nos últimos documentos oficiais foram “habilidades” e “competências”, ligando-os necessariamente à BNCC (BRASIL, 2017), que sugere a paridade de conteúdos e sua importância em todas as regiões do país. Com isso, nega a possibilidade de estudos locais, salvo haver tempo depois de cumprir uma listagem de conteúdos a serem ministrados. Mostra ainda, uma redução na autonomia das escolas e dos professores para estabelecer estudos prioritários e significativos das características temporais e territoriais, cedendo espaço à generalização de conteúdos pré-estabelecidos - o que desvaloriza o conhecimento do professor, bem como nega a abertura à discussão de uma sociedade diferente daquela descrita pelos poucos que a narram.

O descompasso entre a Resolução de 2015 e 2019 (BRASIL, 2015; 2019) não pode ser desconsiderada, principalmente, pautada no conceito de competências, alinhado à BNCC (BRASIL, 2017). Dias e Lopes (2003) apontam que esse conceito não é novo, é carregado de um imaginário instituído em processos de avaliação centralizado em resultados, vinculando a educação aos interesses mercantilistas, através de uma educação possível de controle, voltada a formar capital humano. O currículo por competências retoma as ideias das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores de 2002 (BRASIL, 2002) relacionando a eficiência do professor ao desempenho do aluno, passando a visar comportamentos desejáveis para um perfil de professor eficiente.

Outro aspecto que encontramos é a característica de um posicionamento governamental para uma formação inicial de professores que se habilite a ministrar conteúdos, sem que estejam sendo questionadas as condições estruturais da escola básica que oferece condições precárias para o melhor aproveitamento dos estudos proporcionados como fundantes da escolarização. Ao delimitar as condições para uma formação que se construa pelo diálogo a partir de princípios voltados ao respeito à democratização de acesso à educação, restringem-se também as possibilidades de mudanças que fundamentam as bases da atual sociedade.

Dentro de um cenário que ainda se edifica uma escola precarizada de infraestrutura, o discurso que ecoa capacidades particularmente voltadas às habilidades e competências da docência, ressoam como sendo de responsabilidade cada vez mais individualizada e de caráter privado, quando, uma vez desprezado o valor coletivo do trabalho voltado para o crescimento público, grupos cada vez menores somam cifras aumentadas de suas riquezas e grupos cada vez maiores somam perdas aquisitivas para a sua sobrevivência.

Buscamos contrapor o texto da legislação e os currículos de curso, no que se refere ao modo como os projetos de formação contemplam o “compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva” e chama atenção para que se “promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação” (§ 5º - II, BRASIL, 2015). Compomos o desenho de ação investigativa com a teoria do Imaginário (CASTORIADIS, 1982; 2007) onde desejamos olhar tanto para a dimensão das normas instituídas, quanto para os movimentos instituintes que estão sendo dialogados e pontuados como elementos relevantes no processo de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores.

Os diálogos em rede têm nos permitido ampliar os estudos realizados no decorrer das políticas educacionais brasileiras, as influências internacionais frente ao modelo e as demandas da democratização da educação. Além disso, reafirmamos a importância de um espaço público para o diálogo, o olhar para os contextos e seus sujeitos, para a problematização desse aligeiramento de alternativas e implementação curriculares para a formação de professores.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de Formação de Professores. Democratização da Educação. Imaginário Social.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2012.

BRASIL. **CNE Parecer** CNE/CP nº 15/2017, aprovado em 15 de dezembro de 2017 - Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF, 2017. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78631-ppp015-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 02 de jun de 2020.

BRASIL. **CNE. Resolução** CNE/CP 1, de 18 de Fevereiro de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF: MEC/CNE, 2002. Disponível em< http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf> . Acesso em: 02 de jun de 2020.

BRASIL. **CNE. Resolução** CNE/CP nº 2, de 19 dezembro de 2019. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF, 2019. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>>. Acesso em: 12 de out de 2019.

BRASIL. **CNE. Resolução** CNE/CP nº 2, de 1º julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF, 2015.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, Cornelius. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DIAS, Rosanne Evangelista; LOPES, Alice Casimiro. Competências na formação de professores no Brasil: o que (não) há de novo. In: **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1155-1177, dezembro 2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> . Acesso em: 02 de jun de 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.